



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

ESPECIFICIDADES DA GESTÃO DO TERRITÓRIO REGIONAL: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA REGIÃO TOCANTINS SEGUNDO O PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO DO PARÁ 2008-2011.

MÁRCIO JÚNIOR BENASSULY BARROS (FACULDADE IPIRANGA) - marcgeo2000@yahoo.com.br
Geógrafo, mestre em geografia pela UFPA

Introdução

A região Tocantins é formada por 11 municípios paraenses (Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé Miri, Limoeiro do Aruju, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará, Tailândia), trata-se de uma região de colonização antiga que data o século XVII (PARÁ, 2007c). A ocupação da região teve início em 1635, com a fundação de Cametá localizado a esquerda do rio Tocantins, a região abriga atualmente o maior porto do estado, o porto de Vila do Conde em Barcarena, usado para o transporte de bauxita, lingotes de alumínio, óleos combustíveis e madeiras etc.

A região segundo o censo demográfico do IBGE (2000) tem uma população de 560.63 mil habitantes e uma área de 36.025,7 km. No que se refere aos aspectos econômicos à região Tocantins apresenta uma economia pautada na agricultura e atividade florestal, com exceção do município de Barcarena que tem uma base industrial, sediando importantes plantas industriais como a Albrás e a Alunorte. A região está localizada entre dois grandes projetos (usina hidrelétrica de Tucuruí e a Albrás\Alunorte) que provocaram na região grandes impactos sociais, econômicos, ambientais dentre outros.

Na região em 2007 foi realizada em Abaetetuba, a primeira planária que inaugurava a nova estratégia de planejamento do território do governo petista (2007-2010) sobre o que ficou conhecido como Planejamento Territorial Participativo (PTP), dando início a uma proposta metodológica diferenciada de elaboração de políticas públicas que até aquele momento, eram definidas com a elaboração do Plano Plurianual (PPA) que dá suporte para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). A introdução do PTP como instrumento de planejamento onde a população do estado foi dividida em 12 regiões de integrações, onde as mesmas puderam mediante as plenárias regionais e municipais do PTP, eleger uma série de demandas para cada região, que depois foram incorporadas quando da elaboração do PPA (2008-2011) para serem executadas pelo governo do estado.

A região Tocantins mediante a plenária regional realizada em Abaetetuba e as plenárias municipais ocorridas na sede dos 11 municípios, resultaram em 210 demandas indicativas de políticas públicas que deveriam orientar a atuação do

governo paraense para a região. Estas demandas resultantes das plenárias (regional e municipais), construídas a partir do planejamento territorial participativo, foram incluídas posteriormente no plano plurianual do estado, que é o instrumento legal onde o governo indica as obras e serviços que serão executados em um período de quatro anos.

Neste sentido, o PTP permitiu a construção de um plano plurianual participativo, que contou com a participação da população em 11 plenárias municipais, que indicaram demandas de seus interesses nos mais variados setores. A adoção do planejamento territorial participativo pelo governo paraense, em 2007 colocou o PTP como o principal instrumento de uma territorialização da gestão estadual onde a participação popular figura como ponto central. Em 2008, estavam incluídas 19 obras do planejamento territorial participativo no plano plurianual com orçamento do estado (PARÁ, 2008).

Neste sentido, convém investigar “de que forma se dá a gestão do território da região Tocantins a partir das políticas públicas inseridas no planejamento territorial participativo, incluídas no plano plurianual do estado do Pará 2008 -2011”.

Em busca do planejamento, do território e da região

A presente pesquisa tem como marco da fundamentação teórica as temáticas do planejamento governamental (planejamento territorial participativo, plano plurianual, dimensão territorial), a gestão do território, a região, e as políticas públicas.

No que se referem ao planejamento as análises iniciais terão com o ponto de partida os trabalhos de (PARES & VALLE, 2006; VILLAÇA, 2001; PARÁ 2007^a, 2007b, 2007c, 2008; BRASIL, 2008^a; CARGNIN, 2007; LIMA, 2007; PUTY, 2007) que oferecem elementos iniciais para o estudo a ser realizado. É somente a partir da Constituição Federal de 1988, que será instalado um conjunto de instrumentos de planejamento que tem como objetivo tornar o sistema governamental orçamentário brasileiro mais ágil. Neste sentido, são criados a figura do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Orçamento Anual (LOA). Estes instrumentos a partir de 2000, são harmonizados com a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplina a questão das finanças públicas no Brasil.

O PPA como o instrumento de gestão que dá subsídios para a elaboração da LDO e da LOA é tido como peça central desse modelo de gestão, definindo as metas e prioridades da ação política e administrativa do governo.

Segundo Villaça (2001, p. 28), escrevendo sobre a importância do PPA para o planejamento do governo afirma que:

Portanto, são as disposições contidas na lei do Plano Plurianual que vão subsidiar: (1) a definição das metas e das prioridades da administração; (2) as respectivas despesas de capital de cada exercício "financeiro", e (3) as orientações para a elaboração do orçamento anual, que constituem o objetivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Esta, por sua vez, vai fornecer todas as orientações e as premissas para a elaboração da Lei do Orçamento, onde são definidos e detalhados os prazos e as ações a serem executadas.

Nesta formulação o PPA, foi concebido como um instrumento que prima pela "gestão por resultados" onde as metas, objetivos e resultados são constantemente avaliados pelo comitê de gestão do PPA. Desta forma, como afirma, Valle & Pares (2006, p. 250-251), a questão central do planejamento é como traduzir num plano, de forma operacional, o projeto de campanha do mandatário recém-eleito.

Segundo a Constituição Federal em seu artigo nº 167, nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual sob pena de incorrem em crime de responsabilidade. É de competência privativa do plano plurianual estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas de governo para o período de quatro anos, no caso dos estados cabe ao governador (a) elaborar em seu primeiro ano de governo o PPA da respectiva gestão estadual.

No Brasil a partir da elaboração do PPA federal (2004-2007) uma série de estudos foram realizados tendo em vista, o conhecimento da "dimensão territorial do PPA", neste sentido, o território passa a ter um papel central como integrador das políticas públicas elencadas no PPA (CARGININ, 2007; PARES & VALLES, 2006; BRASIL, 2008 a, 2008b).

Pares & Valle (2006, p. 247), discutindo sobre o planejamento territorial das políticas públicas afirma que:

O território permite definir, efetivamente, o conjunto de iniciativas que possa levar o país ao desenvolvimento sustentável, à medida que, nas escolhas, seja considerado o meio natural, que arbitra o limite e as oportunidades para o crescimento econômico. Do mesmo modo, quando o diagnóstico das políticas públicas parte do território, ele permite um duplo ganho. O primeiro reside na possibilidade de otimização da oferta das políticas, pois elas passam a orientar-se

para atender a uma demanda não bem qualificada que teve como partida a necessidade detectada nas regiões, considerando suas especificidades. O segundo refere-se à combinação multissetorial ótima, em função de possível projeto de desenvolvimento local e viabiliza um processo de priorização do gasto, redirecionando a oferta de bens e serviços públicos para as áreas ou para os públicos que mais necessitam deles, o que eleva o impacto da alocação de recursos.

Neste sentido, o planejamento territorial é de suma importância para a execução de políticas públicas que atendam as regiões. Segundo Pares & Valle (2006, p. 247 - 248), o planejamento territorial é uma ferramenta indispensável das políticas de desenvolvimento regional.

No que se refere ao significado do território para o planejamento do desenvolvimento, assistem-se um grande crescimento de seu emprego em estudos que procuram retratar a importância que o mesmo tem quando da execução de políticas públicas.

Brasil (2008a, p. 46), acrescenta que:

O território não é mero palco das ações, mas representa, em si mesmo, um elemento das relações sociais e econômicas mundiais. Um primeiro ponto a realçar é o da valorização das regiões. As regiões não são mais tratadas apenas como provedoras passivas de insumos ao desenvolvimento.

Mais o que seria o território, Saquet (2007), em seu estudo nos apresenta em sua “abordagem e concepções do território” onde o conceito é tido amplo e complexo nas ciências geográficas. Para o desenvolvimento deste trabalho pretendemos empregar o conceito de território defendido por Raffestin (1993) onde o mesmo é discutido a partir de seu caráter político e da multidimensionalidade do poder. Este viés de território é trabalhado por Becker (1989, 1988, 1991, 2009).

Para Raffestin (1993, p. 59-60), O território é um trunfo particular, recursos e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo, o território é o espaço político por excelência, o campo de relações dos trunfos.

A discussão do território necessariamente passa pelo poder, que está presente nos debates territoriais. O poder está presente em toda relação, manifestando-se no território e controlando a população e os recursos, de forma assimétrica e multidimensional. Onde o poder relacional está na origem da construção de políticas públicas, onde o poder só é de fato perceptível por ocasião de um processo relacional (RAFFESTIN, 1993, p. 64).

Raffestin (1993) discorrendo sobre os trunfos do poder elege a população, o território e os recursos. A população é tida como a origem de todo o poder, o território é tido como a cena do poder, o lugar de todas as relações e os recursos os horizontes possíveis da ação.

Por sua vez a gestão do território tem sido objeto de investigação de diversos estudiosos no Brasil, dentre os quais destacamos (BECKER, 1986; 1988; 1991; 2009; MACHADO, 1993; DAVIDOVICK, 1991). Becker (1988) aborda neste estudo as questões do significado da gestão do território. Segundo a autora, a gestão do território é a prática estratégica, científica, tecnológica do poder no espaço-tempo.

Neste sentido, a gestão do território passa necessariamente pela estratégia do estado sobre o espaço e no tempo onde o conhecimento técnico e científico da região se faz necessário para o bom desenvolvimento das atividades.

Segundo Becker (1991, p. 176), dissertando sobre a relação entre o planejamento e a gestão do território afirma que:

O planejamento tornou-se o instrumento técnico e centralizado de intervenção estatal por ordenar o território segundo a política e a estratégia estabelecida. Por sua vez, a gestão das relações de poder necessárias para dirigir, no tempo e no espaço, a coerência das múltiplas finalidades, decisões e ações.

Esta gestão do território envolve necessariamente um conhecimento da escala que se deseja trabalhar, em se tratando da escala regional, a mesma é da máxima importância para a participação da população na execução da estratégia de gestão do território por parte do estado.

Segundo Becker (1991, p. 179),

A gestão do território envolve níveis complementares de atuação... Ao nível regional e local, tratando-se de espaços convívios, é prioritária para a gestão a participação da população e do saber local na formulação e na execução das estratégias, táticas e técnicas a serem utilizadas.

Já para Correa (1996, p. 23) a gestão do território é a dimensão espacial do processo de gestão, vinculando-se ao território sobre controle de um estudo, grupo social, constituição ou empresa.

A região em nossa pesquisa é considerada peça fundamental para o desenvolvimento do mesmo. A priori os autores que estamos considerando para este trabalho são (LENCIONI, 2003; CORREA, 1986, 1991; BECKER, 1988) que tem estudado a mesma sob diferentes aspectos.

Segundo Becker (1988, p. 108),

A região é fruto da prática dos detentores do poder e da prática social coletiva, corresponde a um nível de agregação das comunidades locais no interior do estado-nação que têm em comum diferença de base econômica, política e cultural em relação às demais, capazes de gerir uma identidade da população com seus territórios. Esta se manifesta numa finalidade social e política própria que determina contradições e modos específicos de relacionamento com o poder hegemônico.

Do ponto de vista das políticas públicas no Brasil autores como de Hochman et al (2007); Monteiro (2006); Lobato (2006) tem contribuído para o estudo a cerca da temática sobre diferentes enfoques onde as políticas públicas estão presentes. Lobato (2006, p. 203) afirma que: é o processo político que circunscreve a política pública. É o momento frágil do estado, e será tanto mais frágil quanto mais interesses estiverem envolvidos e quanto mais divergentes sejam. Neste sentido, é a partir da formulação das demandas das políticas públicas que os diversos interesses dos atores da região se manifestam. No caso particular da região Tocantins isso não foi diferente, onde os interesses dos atores regionais estavam em jogo quando do processo de eleição das demandas de políticas públicas da região e dos municípios o que demonstra uma relação de força e poder.

Para um novo governo, busca-se um novo modelo de desenvolvimento: O Planejamento Territorial Participativo – PTP

Com a eleição da candidata petista para o governo do estado do Pará para o quadriênio 2007-2010, a sociedade paraense aguardava com bastante expectativa a desenvolvimento da gestão da primeira governadora a administrar o Estado em toda a história da política paraense. Depois de doze anos consecutivos de mandatos tucanos onde revezaram - se no executivo do Estado os ex- governadores Almir Gabriel e Simão Jatene, um projeto de governo de fortes apelos populares teria início na gestão pública estadual, onde a adoção de um novo modelo de desenvolvimento constituía-se como peça da marca do governo petista de Ana Julia.

Neste sentido, a gestão petista do Pará (2007-2010) elege três macros objetivos da ação governamental, que são qualidade de vida, inovação para o desenvolvimento e gestão democrática e descentralizada. Para tanto seis marcas de governo foram escolhidas: água para todos, educação universalizada e de qualidade, segurança cidadã, novo modelo de desenvolvimento, gestão participativa e democrática e saúde

pública para todas e todos, que passaram a ser utilizadas em todos os programas oficiais do governo paraense de então.

Para a execução destas políticas, o governo promove uma nova regionalização do Estado a partir da criação de doze regiões de integração, em substituição a regionalização criada pelo IBGE das macrorregiões e microrregiões. Estas doze regiões de integração têm com critérios de elaboração os principais eixos regionais de integração territorial com destaque para rios e rodovias, que nomeiam a quase totalidade estas doze regiões de integração.

Mapa 01: Regiões de integração no Pará



Fonte: Seir - Geopará. 2010.

No início da gestão de Ana Julia, foram discutidas formas de se implementar um modelo de desenvolvimento que pudesse promover a descentralização da escolhas das obras e serviços que o novo governo visava e executar nos quatro anos de gestão.

Ao iniciar o ano de 2007, o governo estadual assumiu como um de seu marcos de atuação a gestão democrática e descentralizada. A partir das lições apreendidas no orçamento municipal de Belém e das modificações conceituais com um novo modelo de gestão verticalizada, o governo do Pará implanta o Planejamento Territorial Participativo, o PTP. Mais que a simples marca de governo, o executivo estadual toma para si, como um dos atores do desenvolvimento regional, o compromisso de gerir o Estado de forma descentralizada e com participação popular (...). Ao optar pelo planejamento – e não pelo o orçamento como essencialidade – o governo do Estado aponta para os elementos de mediação entre a gestão e a administração pública, haja visto que o PTP expressa um conjunto de atos realizados coletivamente para programar as ações do governo para os quatro anos. (PUTY, p. 56. 2007)

O governo petista cria mecanismos de consulta popular que visavam ser incluído na principal peça de planejamento do Estado, no caso o PPA desta forma a execução das políticas públicas estaria pautada nas demandas do PTP.

Aferidas estas etapas, as demandas aprovadas passam a compor o Plano Plurianual- PPA, que se constitui como documento fundamental na gestão do Estado. Nele são detalhadas de forma regionalizada diretrizes, investimentos e objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes. (PUTY, p. 57. 2007)

O atual PPA paraense foi implantado pela lei 7. 672, de 28 de dezembro de 2007 que instituiu o Plano Plurianual do estado para o quadriênio 2008 -2011. Segundo esta lei, o mesmo é integrado pela orientação estratégica de governo, regiões de integração e o Planejamento Territorial Participativo (PTP); além dos programas de governo, ações e seus respectivos objetivos .

Neste documento que orienta a atuação do governo paraense está assegurada a participação da sociedade civil organizada na avaliação dos programas. Em seu artigo 11 o poder executivo promoverá a participação da sociedade civil organizada na avaliação dos programas do Plano Plurianual em acordo à metodologia do Planejamento Territorial Participativo (PARÁ, 2007c).

Na parte das orientações estratégicas do plano o PPA 2008-2011 denominado de “Construindo o Pará de Todos e Todos”, propõe a construção e a gestão do mesmo a partir de um amplo debate entre estado e sociedade. Neste sentido, a sociedade passa, então a ser o agente de mudanças para o desenvolvimento, com uma visão territorial/local de sua demanda social, garantindo seu espaço neste novo governo (PARÁ, 2007c, p. 1).

Este debate teve como palco de ação as doze regiões de integração criadas pelo atual governo, para o planejamento e execução das políticas públicas do estado, que tiveram como principais critérios para sua elaboração os vetores de integração (rios, estradas etc.). Nestas regiões de integração ocorreram as doze plenárias regionais, que elegeram as principais demandas para a região através do chamado planejamento territorial participativo, defendido por integrantes do governo do Pará como um modelo de planejamento de forte base democrática, popular e participativa.

Segundo Pará (2007c, p. 3):

O PPA 2008-2011 “Construindo o Pará de todos e todas” traz como elemento inovador, a incorporação das 12 regiões no processo de elaboração e execução das políticas públicas de longo prazo e conseqüentemente, para a construção dos programas de governo representando a identidade local. Em corolário, essa visão territorial foi construída a partir da participação popular, por meio das plenárias regionais realizadas nas 12 regiões de integração do Estado, espaços que todo e qualquer cidadão teve voz e voto nas decisões macro a serem implantadas neste governo. O modelo de participação foi construído com base na construção de gestão democrática e radicalmente participativa que norteia o planejamento territorial e participativo (PTP) que tem como premissa a gestão transparente, em suas ações e democrática, em seus mecanismos de diálogo com a sociedade. Por isso, este modelo impõe uma nova cultura de gestão do Estado, com controle social e concretizada na integração territorial do Pará, em torno da democratização do debate acerca de um novo modelo de desenvolvimento.

Segundo um integrante do governo paraense, o PTP, é concebido como um instrumento de planejamento segundo uma perspectiva da territorialização das políticas públicas do estado, onde a população das doze regiões é que elegeram quais são as suas demandas de interesses e não mais estas ficaram a cargo de burocratas da capital que teriam o papel de decidir sobre estas demandas.

Segundo Puty (2007, p. 56),

Por compreender o princípio de planejamento para o Estado em termos de ações e diretrizes de políticas públicas, o PTP necessariamente se implanta na perspectiva da territorialização. Por isso, não é executado na capital, fortalecendo a descentralização da gestão pública, integrando os atores sociais nas decisões do governo paraense. É construído nos territórios, nas regiões de integração regional.

Este caráter da territorialização das políticas públicas eleitas a partir das demandas da população regional também é lembrado por Lima (2007) para quem estes territórios regionais são entendidos como um campo de força em função das relações de poder existentes na região e que lutam por “emplacar” suas demandas de políticas públicas que evidentemente atendam aos interesses dos solicitantes da respectiva demanda.

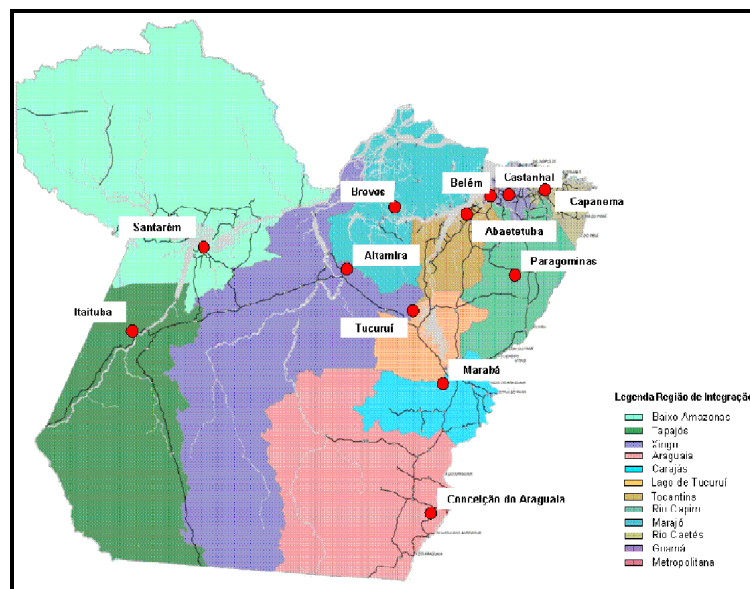
Segundo Lima (2007, p. 64),

O PTP, portanto, objetivou consolidar um estado tonificado na democracia, na participação popular, na gestão descentralizada, no empoderamento dos sujeitos e na preocupação com o desenvolvimento socioeconômico e cultural, visando à utilização dos recursos públicos em favor da inclusão social [...] É construído nos territórios, nas 12 regiões de integração regional concebidas com um

campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se organizam em determinados espaços com objetivos diversos.

O PTP como instrumento de planejamento territorializado foi construído a partir de três etapas. Na primeira etapa ocorrida entre os meses de abril e maio de 2007 foram realizados as 12 plenárias regionais, (Belém, Paragominas, Conceição do Araguaia, Altamira, Santarém, Marabá, Capanema, Castanhal, Breves, Itaituba, Abaetetuba e Tucuruí) onde foram definidos os principais desafios para o desenvolvimento da região, além da eleição das principais demandas dos macro s objetivos para o PPA 2008-2011, como demonstra a espacialização das plenária regionais do PTP.

Mapa 02: Localização de plenárias regionais do PTP - Pará



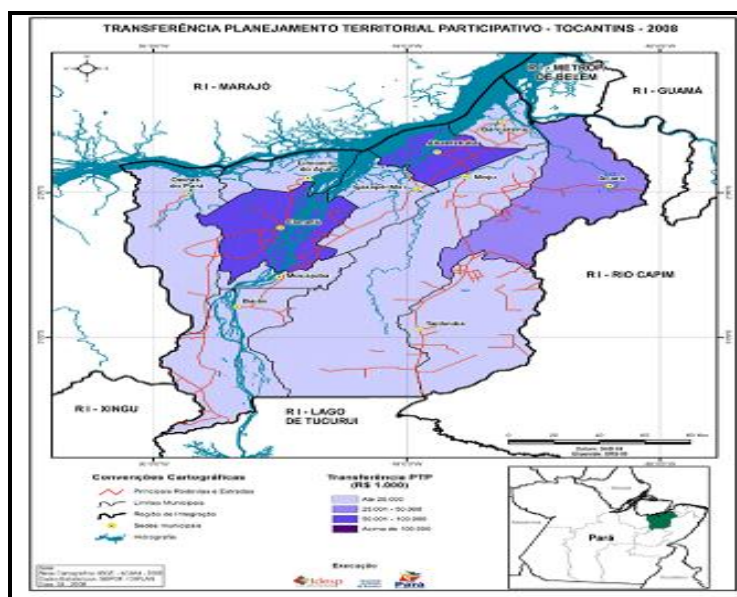
Fonte: Seir. 2007.

Na segunda etapa, ocorrida em julho de 2007, foram realizadas as 143 assembléias públicas municipais (APMS) em todos os municípios do Estado, onde foram definidas diretrizes do planejamento regional, encaminhamento de três prioridades por município ao conselho regional do PTP, bem como a eleição de conselheiros (as) para o conselho regional. Na terceira etapa ocorrida em agosto de 2007, aconteceu à instalação e reunião dos conselhos regionais e do conselho estadual do PTP (PARÁ, 2007c).

As especificidades da região Tocantins segundo o Planejamento Territorial Participativo- PTP

O marco inicial de todo esse processo ocorreu com a primeira plenária regional do PTP realizada na cidade de Abaetetuba, região Tocantins em 22 de abril de 2007. Esta plenária contou com 1.974 participantes dos onze municípios da região Tocantins, já as plenárias municipais realizadas nas sedes dos onze municípios contaram com 6.167 participantes. No exercício administrativo de 2008, os municípios que mais conseguiram transferência do Planejamento Territorial Participativo - PTP foram, Abaetetuba, Cametá e Acará, conforme demonstra a mapa abaixo.

Mapa 03: Transferência PTP - Tocantins 2008.



Fonte: IDESP. 2008

Na plenária regional foram eleitas as seguintes demandas para a região Tocantins: melhoria da malha rodoviária com construção de estradas e pontes; abastecimento de água e esgotamento sanitário; implantação de programas de apoio ao desenvolvimento agropecuário; incentivo ao potencial turístico da região com revitalização do sistema portuário; verticalização da agricultura e pecuária; construção de hospitais regionais; construção de escola de ensino fundamental, médio e

profissionalizante; construção de centro cultural; implantação de quartel da PM; aumento do efetivo policial e construção de delegacia (PARÁ, 2007c).

Figuras 01 e 02: Aspectos da planária regional do Tocantins realizada em Abaetetuba – PA.



Fonte: Pará. 2007 c.

Do amplo processo de consulta popular a partir das plenárias regionais e municipais realizadas na região Tocantins foi eleita 210 demandas de políticas públicas entre abrangência regionais e municipais que teriam prioridade de execução por parte do governo paraense (PARÁ, 2007b)

Os investimentos programados pelo PPA advindo s das demandas do PTP para a região do Tocantins previu um orçamentos de R\$ 796.072 reais a serem investidos em quatro anos. Deste total os municípios que mais conseguiram alocação no PPA foi Abaetetuba, Cametá, Acará, Igarapé Miri, Moju e Barcarena como demonstra a tabela 01.

Tabela 01: investimentos programados (PPA) pelo Planejamento Territorial Partitivo (PTP) para a região de integração do Tocantins 2008-2011 em 1.000 reais.

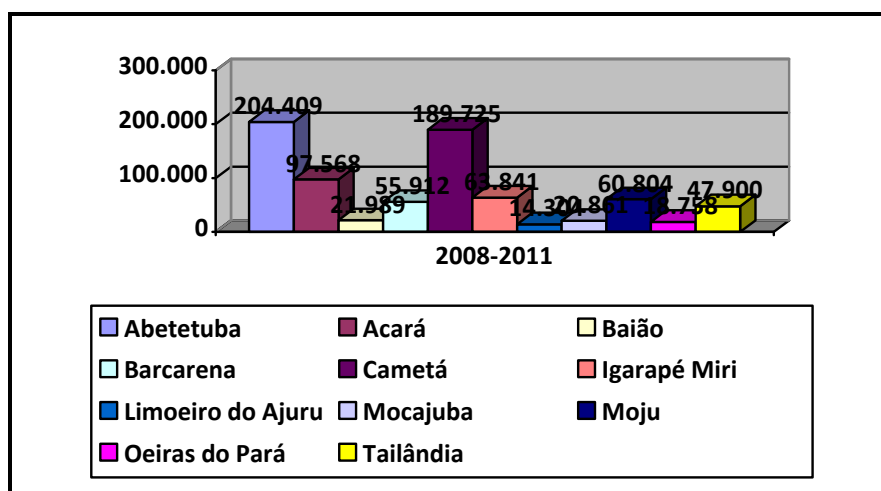
Municípios	2008	2009	2010	2011	Total
Abaetetuba	44.379	86.749	51.909	39.362	204.409
Acará	14.673	37.218	22.259	23.418	97.568
Baião	11.415	4.350	3.073	3.171	21.989
Barcarena	14.062	14.166	14.235	13.449	55.912

Cametá	37.280	84.985	37.620	29.840	189.725
Igarapé Miri	11.885	22.404	17.027	12.525	63.841
Limoeiro do Ajuru	3.775	4.439	2.302	3.788	14.304
Mocajuba	9.872	4.921	3.672	2.397	20.861
Moju	26.208	14.357	10.243	9.996	60.804
Oeiras do Pará	4.994	5.012	4.011	4.741	18.758
Tailândia	12.039	11.984	13.362	10.515	47.900
Total da região	190.581	272.575	179.714	153.201	796.072

Fonte: SEPOF. 2008.

Na região Tocantins existe uma grande assimetria entre os investimentos programados para os municípios da região. Enquanto Abaetetuba e Cametá conseguiram R\$ 204.409 e R\$ 189.725 de investimentos programados respectivamente, os municípios de Oeiras do Pará e Limoeiro do Ajuru só tiveram incluídos R\$ 18.758 e R\$ 14.304 de recursos para 2008-2011, como demonstra o gráfico 01.

Gráfico 01: Investimento total programado pelo PTP 2008 -2011 em 1.000 reais para a região do Tocantins.



Fonte: SEPOF/ 2009.

Um detalhamento destas obras por municípios foi apresentado no “relatório do conselho estadual” relativo às obras em cada um dos onze municípios que compõe a região Tocantins. Segundo este documento em 2008 estava incluído 19 obras do planejamento territorial participativo no plano plurianual com orçamento do Estado garantidos (PARÁ, 2008).

Considerações finais

Com a eleição do primeiro governo petista para o Estado do Pará em 2006, mudanças nas relações Estado - Sociedade eram aguardadas principalmente pelos movimentos sociais organizados do Pará, esta espera de mudança parecia ter chegado com a criação do Planejamento Territorial Participativo – PTP que previa uma mudança radical na relação Estado - Sociedade. Passado a euforia das “mudanças” o Planejamento Territorial Participativo acabou tornando-se um grande problema de gestão para o governo Ana Júlia, pois o governo não conseguiu executar em sua totalidade as demandas da população ouvidas nas plenárias do PTP. Este descompasso entre o planejamento territorial e sua execução por parte do governo paraense, foi distanciando a participação da população organizada das ações do PTP, onde - se gastou muito tempo com o planejamento, restando pouco tempo para a execução das demandas indicadas no PTP, o que para muitos técnicos do governo custou a não reeleição de Ana Julia para um segundo mandato.

O PTP em suas plenárias regionais e municipais representou pela primeira vez no Estado a oportunidade da participação direta da população na formulação das políticas públicas do governo do Estado, pois antes estas políticas eram realizadas em Belém nos gabinetes dos técnicos das secretarias estaduais que muitas vezes não conheciam as regiões objetos de intervenção do governo Paraense, neste sentido o PTP foi inovador, pois descentralizou estas demandas que foram eleitas pelo voto popular em todos os 143 municípios do Pará e posteriormente incluída no PPA .

Para a região do Tocantins das 210 demandas eleitas na plenária regional muito pouco foi executada pelo Estado, o que demonstra um grande descompasso entre o planejamento e a execução das demandas populares. De certa forma esta demora na execução destas políticas acabou frustrando estas populações , pois sonhos de muitas gerações que pareciam tornar realidade acabaram não sendo concretizados.

O final da gestão petista no Pará acabou de forma melancólica e sem muito, o que os movimentos sociais organizados e a população que participaram das plenárias terem o que comemorem. O PTP no Pará apresentou muitas falhas em sua execução, no entanto teve a contribuição de ouvir a vontade de parcela significativa do Estado, o que antes nenhuma gestão havia tido o compromisso de sua realização.

Em particular na região de integração do Tocantins, as assimetrias das demandas entre os municípios da região é um ponto que em certos municípios reflete a grande ou pequena participação nas plenárias regional e municipais, espaço onde foram escolhidas as demandas dos municípios e incluídas no PPA estadual. Os maiores municípios da região onde os movimentos sociais e a organização política são maiores como Abaetetuba e Cametá tiveram mais demandas e recursos incluídos no PTP\PPA, o que em certa medida acaba penalizando os municípios menores, onde a organização política no contexto regional é menor.

Bibliografia

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento: volume II**. Visão estratégica nacional Brasília: MP, 2008^a.

_____. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento: volume III**. Regiões de referência. Brasília: MP, 2008b.

_____. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento: Marco inicial**. Brasília: CGEE/MP, 2006.

BECKER, Bertha K. **Geografia Política e Gestão do Território no limiar do século XXI: uma representação a partir do Brasil**. In: Revista Brasileira de geografia. Rio de Janeiro, 53(3): jul./set., 1991.

_____. **A crise do estado e a região – a estratégia de descentralização em questão**. In: Revista Brasileira de geografia. Rio de Janeiro, 48(1): jan./mar., 1986.

_____. **A geografia e o resgate da geopolítica**. In: Revista Brasileira de geografia. Rio de Janeiro, 50 n. especial, 1988.

_____. **O governo do território em questão: uma perspectiva a partir do Brasil**. In: Parceria Estratégica. V. 14, nº 28, junho -2009, Brasília-DF.

CARGINI, Antônio Paulo. **A dimensão territorial no Planejamento Governamental Brasileiro: avanços e limitações na elaboração dos Planos Plurianuais**. In: I

Seminário Reforma do Estado e Território. Porto Alegre, 2007. Disponível em: http://www.upf.br/cepeac/download/condepro_artigo_1.pdf. acessado em 30-09-2009.

Acessado em 09-09-2009.

CORREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo. Ática, 1986.

_____. **Algumas considerações sobre análise regional**. In Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro. V. 53, nº 3, 1991.

_____. **Os Centros de Gestão do Território: uma nota**. In: Revista Território, 1. (1), rio de Janeiro, 1996.

COELHO, Maria Célia Nunes. (org.) **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: Cejup: UFPA-NAEA.

DAVIDOVICH, Fany. **Gestão do território, um tema em questão**. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 53(3) Jul./Set., 1991.

DINIZ, Clélio Campolina (org.). **Política de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas á luz das experiências da união européia e do Brasil**. Brasília: editora universidade de Brasília, 2007.

HOCHMAN, Gilberto (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

LIMA, José Júlio Ferreira. **As plenárias públicas do planejamento territorial e participativo**. In: Gestão pública: revista da escola de Governo do Estado do Pará. Belém: EGPA, 2007

LOBATO, Lenaura. **Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas**. In SARAIVA. Enrique & FERRAREZI, Elisabete. Políticas públicas; coletânea. Brasília: ENAP, 2006. 2 v.

MACHADO, Lia Osório. **Sociedade Urbana, Inovação Tecnológica e a Nova Geopolítica**. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 55 (1/4) jan./dez. 1993.

MONTEIRO. Jorge Vianna. **Os níveis de análise das políticas públicas**. In SARAIVA. Enrique & FERRAREZI, Elisabete. Políticas públicas; coletânea. Brasília: ENAP, 2006. 2 v.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. **Manual de Elaboração do PPA 2008-2011**. Belém: SEPOF, 2007^a.

_____. **Planejamento Territorial Participativo: demonstrativo do objetivo de governo por região e temática**. Belém: SEPOF, 2007b.

_____. **Lei nº 7.077 de 28 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o Período 2008-2011 e dá outras providências.** Belém: SEPOF, 2007c.

_____. **Planejamento Territorial Participativo: Relatório Conselho Estadual da Região Tocantins (LOA 2008).** Belém: SEPOF, 2008.

PARES, Ariel & VALLE, Beatrice. **A retomada do planejamento governamental no Brasil e seus desafios.** In: Planejamento e orçamento governamental: coletânea. Organizadores: James Giacomoni e José Luiz Pagnussat. Brasília: ENAP, 2006.

PEIXOTO, Rodrigo. **Pactos territoriais e agências locais de desenvolvimento: a apropriação destes instrumentos ao território do Baixo Tocantins.** In: Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas, Belém. V. 1. 4. 3., 2006.

PUTY, Cláudio Alberto Castelo Branco. **O planejamento territorial participativo como política pública na gestão do Estado.** In: Gestão Pública: Revista da Escola de Governo do Estado do Pará. Belém: EGPA, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território.** 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2007.

_____. & SPOSITO, Elizeu Silvério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** 2ª ed. São Paulo: expressão Popular: UNESP, 2009.

SILVEIRA, Márcio Rogério et al (Org.) **Questões nacionais e regionais do território brasileiro.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Diferenciação espacial e formação de sub-região: o Baixo Tocantins na Amazônia Oriental.** In: SILVEIRA, Márcio Rogério et al (Org.). Questões nacionais e regionais do território brasileiro. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009.

VILLAÇA, Sérgio Paulo. **Elaboração do Plano Plurianual (PPA).** Rio de Janeiro: IBAM, 2001.